

COMITÊ DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 50ª reunião ordinária, realizada em 17 de novembro de 2016

Em 17 de novembro de 2016, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu sua 50ª reunião ordinária, realizada na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz – UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP, às 09:30 h.

A Pauta prevista foi a seguinte:

PAUTA

Expediente:

- Informe sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São Paulo, por representantes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação do "**Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa no Setor de Edificações**", pela Engenheira e Administradora de Empresas Lillian Sarrouf, consultora de qualidade e meio ambiente no Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon – SP) e na Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
- Sugestões de inclusão em outras Pautas

A reunião foi iniciada pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva**, que desculpou-se pela ausência do Secretário **Rodrigo Ravena** que precisou comparecer a outro evento, deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos, passando a seguir para o primeiro ponto da pauta, a respeito do informe sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de São Paulo, do qual participou a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, entretanto os representantes da Secretaria que participariam desse informe foram convocados pelo Governo do Estado para uma atividade, na Universidade Federal do ABC, no mesmo horário dessa reunião. Nessa reunião estariam presentes todas as Prefeituras e os representantes do Governo do Estado envolvidos na discussão do PDUI. De todo modo disse que enviassem anotações para que pudesse passar aos presentes. Informou que a primeira questão tem a ver com a mudança do clima que após muitos debates, o pessoal que trabalha com a Defesa Civil em diversos municípios propôs ao Comitê Gestor a criação de uma Câmara Temática de Gestão de riscos Ambientais Urbanos que possui uma influência bastante

grande da Prefeitura de São Paulo, tendo em vista o tamanho da nossa cidade, nós possuímos não só a Defesa Civil, mas contratamos a Central de Gerenciamento de Emergências, a CGE. Uma das funções dessa Câmara é analisar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, promulgada em março último, e a partir daí começaram a estruturar atividades de Defesa Civil, e de controle, gestão de risco ambiental urbano, não porque já não fizessem, mas o fio condutor do debate, a estrutura lógica é a do Plano Nacional de Adaptação. Disse que estão propondo uma discussão da articulação federativa para uma atuação cooperativa na redução da vulnerabilidade à mudança do clima, a disseminação de informações, a questão da reabilitação de áreas urbanas consolidadas, degradadas e com infraestrutura ociosa. Enfim, trabalhar naquilo que o Ronaldo Malheiros Figueira falou aqui no comitê, não sei se vocês se lembram, que não se trata de reagir no momento em que o problema ocorre, mas de fazer, propriamente, a gestão do risco. Acrescentou que achava muito interessante e particularmente porque a estrutura lógica adotada para orientar aquilo que se vai fazer é aquela do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. Disse que depois com relação às demais atividades, apresentaria uma pequena síntese. Informou que o PDUI trabalha em cima daquilo que se chama funções públicas de interesse comum. Ou seja, o que é que une diversos municípios, e o Governo do Estado, na identificação dessas funções públicas de interesse comum. E no caso particular, disse que o que estava falando é que é foi elaborado um documento pela Prefeitura de São Paulo, pelo Consórcio do ABC, e pela Prefeitura de Guarulhos, procurando sistematizar as ideias e que isso decorre da ação desses entes e, provavelmente esse documento estaria sendo debatido naquele dia na Federal do ABC. Discorreu então, sobre como identificar as funções públicas de interesse comum. Quais seriam essas funções públicas de interesse comum? Elas seriam: Planejamento e Uso do Solo, Transporte e Sistema Viário Regional, Habitação, Saneamento Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Portanto, disse que essas foram consideradas essas seis funções públicas de interesse comum, estabelecidas em quatro eixos de ação. Disse que o primeiro foi o Desenvolvimento Econômico, Social e Territorial. O segundo eixo foi a Habitação e Vulnerabilidade Social. O terceiro o Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos. E o quarto a Mobilidade, Transporte e Logística. Estes eixos de serão regulamentados em âmbito metropolitano por planos de ação que terão por objetivos a redução da desigualdade socioterritorial, o combate ao conflito entre expansão urbana e preservação do meio ambiente, a reestruturação do território estratégico dos eixos de média e alta capacidade, assim como áreas industriais e planícies fluviais, e a promoção da estruturação da rede de centralidade e o combate à segregação socioeconômica. Falou que depois cada um desses temas se desenvolveria um monte de coisas, e o futuro Plano de Desenvolvimento da Metrópole vai ter que propor planos de ação para cada um desses eixos de ação, atendendo a cada um dos objetivos e tudo o mais. Para exemplificar, disse que no desenvolvimento econômico, social e territorial, por exemplo, há a discussão do equilíbrio territorial e o desenvolvimento da rede de centralidades urbanas e rurais da metrópole. Havendo também a questão de desenvolvimento de distribuição logística, a questão do conflito entre habitação e preservação ambiental. Enfim, cada um desses tópicos irá se desdobrar em muitos outros planos de ação. Relatou que no começo participou muito do PDUI, mas devido à falta de tempo teve que se afastar. Finalizou o informe dizendo que não sabia se seria possível trazer para uma próxima reunião, uma apresentação. Passando para o segundo ponto da Pauta, apresentou à todos, o senhor **Rodrigo de Oliveira Perpétuo**, que substituiu a Jussara na Secretaria Executiva do ICLEI, este agradeceu pela apresentação do informe e relatou que o ICLEI está à disposição de todos e que irá intensificar a sua participação aqui no Comitê, portanto a parceria com esse Comitê.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia)

agradeceu pela presença do Rodrigo e relatou que o ICLEI e a Prefeitura de São Paulo tiveram uma série de atividades e que elaboração o primeiro inventário de emissões que a Prefeitura de São Paulo realizou aproximadamente no ano de 2000, foi com base em uma metodologia que o ICLEI tinha desenvolvido para as cidades. Dizendo que foi uma loucura e foi o primeiro esforço nosso de fazer inventário de emissões de gases de efeito-estufa.

A seguir, passou para o próximo a ordem do dia com a **apresentação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do setor de edificações**, pela Lilian Sarrouf, nossa colega e membro desse comitê que sempre tem colaborado conosco, passando a palavra a ela.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) deu as boas-vindas à todos, dizendo que ela é a Coordenadora do Comitê de Meio Ambiente do SINDUSCON de São Paulo, apresentando a senhora Vanessa, Assessora do SINDUSCON, o ano da guarda na área de meio ambiente, colocando-se à disposição de todos. Antes da sua apresentação solicitou que os presentes de apresentassem de forma que pudesse focar no tema de ação dos presentes, o que foi feito, inicialmente com a apresentação da senhora **Maria Helena Braga Brasil**, representante da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, seguindo pelo senhor **Rafael Carvalho de Moraes**, representante da Secretaria de Finanças, a senhora **Tânia Ferreira**, representante da Secretaria de Energia e Mineração, do senhor **Horácio Almeida Pires**, Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de São Caetano do Sul que aproveitou para informar que participou de todo o processo do PDUI, mas que essa apresentação despertou seu interesse e que o primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de sua Prefeitura de São Caetano do Sul estava pronto e seria entregue oficialmente no dia seguinte, acrescentando que o mesmo foi feito juntamente com o ICLEI que também está realizando o do Grande ABC. Dizendo que foi muito interessante o processo em andamento, o Plano de Adaptação, a capacitação dos técnicos das sete prefeituras para realizar o plano de adaptação. A seguir apresentou-se a senhora **Íris Coluna**, Assistente de Projeto do ICLEI, após a senhora **Carolina Mendes**, Coordenadora Técnica do CBCS, depois a senhora Mônica Masumi Hosaka da Vigilância e Saúde Ambiental, representando a Secretaria de Saúde.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) passou a sua apresentação dizendo que a dividiu em duas, uma percorrendo um pouquinho do que motivou o SINDUSCON, o setor da construção civil a trabalhar nesse tema e depois, aprofundando um pouquinho mais, na ferramenta, nos cálculos, de como a gente está fazendo. Primeiramente questionou se todos sabiam o que é o setor da construção civil, dizendo que eles representam um número elevado de dados, de números, do PIB Brasil e que o SINDUSCON São Paulo está ciente da sua importância junto a toda a sociedade, com relação às questões ambientais. Disse que o SINDUSCON São Paulo hoje, possui o maior sindicato patronal do setor da construção civil com 22 mil filiados, representações, participação em eventos e a publicação de sua revista e que possuem muitos canais de comunicação que estão abertos e à disposição para começemos a realizar trabalhos conjuntos nessa área. Disse que atua no Estado de São Paulo e, sempre que realizam uma ação pensam no Estado com um todo, possuem nove regionais e uma delegacia e tenta estar no Estado como em São José do Rio Preto, Ribeirão, Campinas, Bauru, Presidente Prudente, Santo André, Sorocaba, São José dos Campos, Santos e Mogi, que é uma nossa delegacia, dizendo que brinca com eles que um dia serão regional. Disse que os pilares de atuação deles estão voltados à produtividade, tecnologia e qualidade, meio ambiente, capacitação profissional, relação capital/trabalho e que o SINDUSCON é o responsável pela negociação junto ao Sindicato dos Trabalhadores. Sustentabilidade, inovação, economia, informação e comunicação. No setor de Economia divulgam os índices dos cúbicos, unitário básico, tudo o mais da construção civil, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas - GV. E que desde os anos oitenta, têm trabalhado em todos os focos da construção. Relatou que o Comitê de Meio Ambiente, que é representado por ela e pela senhora Vanessa, desde 1999 estão discutindo essa questão ambiental na construção civil, onde sempre encontrou resistência, tanto em fóruns com esse, como dos parceiros internos, como dos construtores, incorporadoras, fornecedores nessa questão de meio ambiente e desde então vêm trabalhando para desmitificar o tema. Disse que antes as construtoras não incorporavam essa questão ambiental nos seus negócios. Mas a nossa visão é que isso, a questão de sustentabilidade é uma questão estratégica para as empresas. E hoje é realidade. Disse que hoje as pessoas procuram pela Vanessa e por ela nas questões de meio ambiente e elas tem buscando entender os assuntos ambientais, tentando traduzir para o setor delas, mais que isso disse que o SINDUSCON está voltado para as construtoras do setor imobiliário, obras públicas no setor da habitação, obras públicas mais de infra, de forma a tentar traduzir esse tema para entender o que é e que vem trazendo capacitação, divulgação, materiais, desenvolvimento de metodologias, para que possamos fazer acontecer. Disse que como todo mundo, os grandes temas são: gestão de resíduos, água, energia, mudanças climáticas, madeira, construção sustentável, avaliação ambiental, áreas contaminadas, e educação ambiental. Então são esses os nossos grandes temas e tem trabalhado muito nisso. Acrescentou que aprendeu que nessa questão ambiental, principalmente para a construção civil, não existiam, e ainda não existem, políticas públicas

específicas. E quando falou-se de mudanças do clima, mesmo a Política de Mudança do Clima, informa que o setor da construção civil é um dos setores prioritários, como é o dos setores, Resíduos, é Transporte. E se perguntam quando vão a esses fóruns, “mas o que vocês entendem para a política pública?” A emissão da fábrica de cimento, a emissão do aço, a emissão de não sei o quê? Mas, ao mesmo tempo dizem que a maior emissão é o passivo que possuímos, as casas, os prédios, o que já existe por aí, que consome energia. Então, perceberam que existia uma necessidade de uma participação maior do setor, no momento das políticas públicas, para que eles os entendessem. Porque o setor da construção é muito grande, muito difuso. Disse que trabalham na questão de normalização, nas Normas Técnicas, pois são técnicos, então querem aplicar alguma metodologia, uma técnica, um material, um produto. E que precisam ter norma técnica. Relatou que discussão com a SIURB, discutia-se a utilização de agregado reciclado, que seria bom para todo mundo, mas os técnicos da SIURB falavam que não podiam, porque não existe norma técnica, informando que não podem utilizar nenhum material que não tenha uma norma técnica, que não tenha um controle de qualidade. Então, buscaram fazer essas normas e no desenvolvimento tecnológico, na capacitação profissional e na divulgação. Disse que nesses mais de 16 anos, começaram primeiramente com o tema de áreas contaminadas, a questão das áreas degradadas. Relatou que tem trabalhado com o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL EDIFICA, fazendo parte do grupo que elabora as regrinhas dele, toda uma metodologia, um processo, um conceito que já foi trabalhado com todas as partes, iniciativa privada, governo, o terceiro setor, sendo os defensores de que ele tem que entrar isso em todas as políticas públicas, e todos os fóruns. Relatou que infelizmente, a política pública não incentiva a própria política pública, pois eles fazem propaganda do PROCEL Edifica na questão de resíduos, iniciando primeiramente um trabalho com as construtoras, aí foi emitida uma Resolução do CONAMA que tratava sobre resíduos de construção civil e perguntam-se o que iriam fazer? Disse que tem que ter esse approach e de não precisar estar no plano ou esperar a lei ou Resolução sair, pois o tema está na pauta. E disse perguntar-se como irão traduzir isso para as nossas construtoras, para os seus associados, e como fazer isso acontecer? Então, relatou que criaram, juntamente com uma consultoria, um trabalho, uma metodologia para fazer gestão de resíduos em canteiro de obra e descobriram que não adianta fazer só gestão de resíduos no canteiro de obra, porque precisavam de todo mundo, para ampliar essa discussão dos resíduos, de apoiar, de divulgar, e discutir e ajudar todos os parceiros, de como resolver o assunto. Relatou ainda, que com relação a questão da água 2005, o apagão da água e a crise hídrica em 2015, passou-se por uma fase também de ensinar metodologia, ensinar boas práticas e possuem um trabalho muito forte nesse ponto, com o Orestes, do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS. Acrescentando que ele participou dessa publicação e foi um dos mentores desse livro. Disse que as construtoras já estão fazendo reuso de água, políticas públicas estão exigindo isso e que estão precisando de norma técnica. Disse que estão tentando abrir uma Comissão de Estudos para desenvolver normas sobre conservação de água, e um sobre uso de fontes alternativas, porque tanto o mercado como as políticas públicas estão exigindo, contudo não embasamento técnico ou normatização e espera que em 2017 esteja pronto, juntamente com a educação ambiental, pois os engenheiros foram sinceros em dizer que sabem construir edifícios, mas não sabem dar treinamento, dar educação ambiental. Informou ainda que desenvolveram um outro trabalho em conjunto com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e o ICLEI, a respeito da madeira na construção civil, pois foi emitida uma lei em 2003 em que todas as obras são obrigadas a usar madeira certificada em São Paulo, contudo os próprios produtores da madeira certificada falavam que não tinham como suprir o mercado de São Paulo, então perceberam que tinha que desenvolver não só incentivo à madeira certificada, mas começar do comecinho, combatendo a ilegalidade. E, em conjunto com a WWF, criaram o Programa Madeira Legal que possui 27 signatários como O ICLEI e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, no sentido de unir os esforços. Com relação aos resíduos da construção civil, percebeu que igualmente aos resíduos domésticos, possui muitas pessoas, profissionais, empresas envolvidas e era necessário trabalhar, não só internamente, mas também auxiliar as prefeituras, os municípios, os caçambeiros, os transportadores em geral e as áreas de destinação. E desde 2002/2003, juntamente com o Governo do Estado, estão desenvolvendo uma ferramenta que é o Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos – SIGOR que foi doado também para as prefeituras, tendo um período de implantação e adesão, cujo objetivo é que seja um grande banco de dados, no sentido de identificar quem transporta, quem destina e onde se destina os resíduos das obras e daí tirar indicadores e acompanhar o fluxo desses resíduos. Disse ter ouvido que eles

estavam ajudando o fiscal, mas não dava mais para conviver com essa questão e as empresas aprenderam internamente que a gestão de resíduos dentro da obra traz dinheiro. Foi o único jeito que conseguiram convencer internamente, que você começa a desperdiçar menos material, porque o pensamento é diferente. É do não-desperdício. Que é o eles batalham, pois a questão é muito menos do que a destinação, mas é não gerar resíduo. Pois, quanto custa a destinação, tudo o mais, mas as verificou-se que as construtoras cobravam justamente o contrário, queriam mais área de destinação, quero logística reversa, contudo eles queriam outras ações, pois pensaram na questão do inventário de gases de efeito estufa que caiu no colo deles, juntamente com a Política nacional de mudanças climáticas. O setor da construção civil é um dos mais importantes nessa questão. Disse ter aprendido que há necessidade de se antecipar para tentar entender, então reuniram com um grupo de empresas para discutir o assunto e contrataram um consultor e em 2013, em conjunto com 6 u 7 construtoras fizeram um modelo de inventário de gases de efeito estufa para o setor de edificações.

Disse que buscaram uma proposta de metodologia que fosse ofertada ao mercado, testada e estão agora na fase de evoluir e consolidar. Relatou que esse trabalho veio na verdade seguindo um trabalho que a construção pesada começou. Mas, cada um fazia de um jeito e a problemática seria como se comparar os inventários, então fizeram um Grupo de Trabalho para desenvolver a metodologia para a construção pesada e como a maioria dessas empresas também possui sua parte de edificações, propuseram a SINDUSCON trabalhar em conjunto que eles apoiariam e então passaram a desenvolver esse trabalho. Disse que no ano passado fizeram uma releitura da questão de resíduos, da reciclagem e da reutilização de materiais em obra, pois essa foi justamente a questão que demandou o trabalho, pressionados, inclusive, por legislações que incentivava a utilização de material reciclável, principalmente agregado reciclado nas obras. Mas ficou a dúvida de como usar, de que maneira usar, se possuíam tecnologia e como faziam essa avaliação. Aliado a isso identificaram que na questão de meio ambiente, cada uma fala uma língua, os resíduos são classificados diferentemente entre a Resolução do CONAMA, a classificação do IBAMA, a Lista Nacional de Resíduos, a classificação da CETESB e a ABNT de outra forma, no entanto, no dia-a-dia o que interessa para eles, é se são resíduos de bloco, de madeira, de metal. Então, fizeram um levantamento e 90% de resíduos são gerados na obra e como é cobrado de maneiras diferentes em termos de classificação tentaram homogeneizar e mais do que isso validar junto a CETESB a questão da destinação e do transporte. E perceberam que não dava para ser como um padrão suíço, lindo e maravilhoso, pois estariam estrangulando todo o mundo, então resolveram trazer soluções que são viáveis e daqui a cinco anos melhorar, de forma a facilitar, pois está inviabilizado na cidade de São Paulo e disse então que possuem esse trabalho o SIGOR que hoje já deixou de ser um projeto e hoje está como uma página na Cetesb, no site da CETESB. Disse que há também um trabalho com a Prefeitura de São Paulo que está implantando outro sistema e há uma legislação do CTR Eletrônico, do qual participam. Esclareceu que sistemas como esses possam se conversar e ajudar a gestão deles, acrescentando que possuem um curso de capacitação a nível de engenheiros, coordenadores, gestão e sustentabilidade na construção civil. Informou que o site do SINDUSCON possui bastante material e procuram trazer muitas informações, e pretendem que seja um portal aberto de acesso livre e para isso estão trazendo parceiros como o IPT e estão em contato como o CBCS e esperam que tantos outros, como o ICLEI, de forma que a divulgar o trabalho deles e vice-versa. Informou ainda que o site está em fase piloto.

Com relação às emissões o trabalho foi iniciado em 2013, quando fizeram aquele inventário e a proposta é que ficassem de dois a três anos testando aquela metodologia. Esclareceu que a ideia era divulgar e dizer que o setor da construção civil já estava pensando no assunto e agora eles estão consolidando isso, validando para seja verdade. Informou que o que os impulsionaram o SINDUSCON a realiza-lo é que sabiam da importância do assunto e que tinham um pouco de medo dele, se preocupando de que forma as empresas estariam trabalhando com o tema e se estariam trazendo informações enganosas sobre seus inventários e suas emissões. E pior que isso como eles iriam comparar emissões de uma obra com outra, então trouxeram o tema que iriam criar um padrão que não existia, de como que o setor de edificações entenderia o que seria o inventário de emissões, pois como dito anteriormente, não conhecia o assunto e a visão do setor é muito fechada. Disse que sabem que impactam significativamente nas emissões, mas o assunto está dividido um pouco em energia e um pouco em emissões, sabidamente quando se fala em energia são os maiores consumidores de energia, os prédios construídos, mas em emissões, quais seriam elas? Se as emissões do setor de edificações vai ser considerado só na construção civil, vai dividir em

energia? Então passaram a buscar informações, esclarecimentos, observando que diretamente ou indiretamente o que está acontecendo pelo mundo está impactando as empresas, tal como a economia de baixo carbono, seja por custo, energia. Disse acreditar que da mesma forma que questionam aos fornecedores quanto emite os materiais, existem empreendimentos que são cobrados por isso, pois investidores internacionais também questionam, portanto começaram a sentir a necessidade de mudar conceitos em toda cadeia produtiva, de forma a fazer, como fazer um produto de baixo carbono. E quanto a transparência corporativa, como relatar os dados, essas informações, como comparar? Disse que então que esse grupo de construtoras percebeu que não é só fazer constas, existia o item ética, a transparência corporativa de como levar o assunto que também foi passado aos fornecedores. Esclareceu que o grupo de empresas envolvidos sabe que com relação às emissões, existe o fator geração de valor, a questão de reputação. Espera-se que após conseguirem analisar melhor o assunto, um maior número de construtoras possam participar, nessa disputa da questão ambiental dentro dos empreendimentos, pois, hoje não é só marketing, é exigência do cliente. Disse que na questão das emissões, a grande preocupação de quem está fazendo os inventários é como publicá-lo, como compará-lo e como fazer para que o cliente final entenda, pois sabe que uma grande alavanca da questão da sustentabilidade na construção civil é a conscientização do cliente final, pois ele exige isso deles, sabe distinguir, e tem hoje mil maneiras de pesquisar e identificar realmente aquilo que ele está comprando e as empresas estão sentindo que a questão das emissões, por incrível que pareça, começa a entrar no dia-a-dia daquelas empresas que são líderes do mercado. Disse acreditar que hoje é um bom momento para a sustentabilidade, porque para as empresa se superarem e competirem, terão que inovar os seus produtos, porque o mercado está no mundo verde, então terão que melhorar na questão da eficiência energética, na questão de custos operacionais, na eficiência da produção, na redução do uso de energia. Disse perceber também que as instituições financeiras vem discutindo financiamentos especiais, pois o Banco Central emitiu uma resolução que todas as instituições financeiras têm que ter um olhar ambiental, quer seja internamente, quer seja nos seus negócios. As instituições por si só não querem correr riscos, e elencaram os riscos e um dos riscos é o risco ambiental, então é preciso ter licenciamento ambiental, é preciso ter gestão de resíduos, diminuir o risco de embargos, de multas, reduzir riscos com relação a escassez de água, escassez de energia e os bancos começaram a cobrar a questão do inventário de emissões, pois eles são instrumentos que já estão sendo utilizados como um todo, em todos os setores. Então ficou a questão de como eles fariam o inventário e o que seria o inventário e por onde começar? Ponderou que se existe o trabalho do GHG Protocol que é unânime em todo o mundo e tem-se que atender uma norma da ABNT, NBR e ISO, teriam que atender essa metodologia, de forma que consigamos consolidar a passar indicadores na mesma metodologia, do GHG e ISO, para que possamos entrar corretamente dentro de um inventário do município, inventário do país como um todo, inventário do setor. Disse que tiveram que traduzir isso para a construção civil, se madeira poderia ser considerada como floresta, se é nosso escopo ou não, passaram a analisar as listas dos principais insumos usados na obra, com a questão de impacto de emissões e emissões de gases de efeito estufa. Depois da identificação, e da metodologia, identificar os fatores de referência, os resíduos, de padronização, de tipologia de obra estão finalizando também uma ferramenta para cálculo de emissões, de forma que qualquer edificação poderá acessar e fazer o seu cálculo no inventário e uma área onde as empresas poderão disponibilizar os seus inventários. Informou ainda que em contato com Secretaria Estadual que está solicitando os inventários dos setores, eles falam que a construção civil é só aço e cimento e disse estar conversando com eles, de forma que possam depositar esses inventários. Esclareceu que o SINDUSCON está querendo cumprindo a tarefa de tentar adiantar um pouco o negócio ao disponibilizar essa metodologia que está validada e a ferramenta de cálculo de forma a facilitar todo mundo a realizar seu inventário, padronizando a entrada de dados e análise. A ideia do inventário, dessa ferramenta que possa ser um relatório personalizado a cada empresa, e ela possa, mesmo para aqueles que trabalham com ISO e com relatórios socioambiental, possam incluir esse material. Essa transparência das informações, pois querem ser muito transparentes, pois isso traz seriedade. Disse querer um maior acesso de usuários. A comparação, criar um banco de dados de emissão, pois precisam muito disso e obter indicadores e ajudar as políticas públicas setoriais a poderem evoluir. Relatou que o anseio do SINDUSCON é realmente que isso um dia esteja em um site oficial. Ou do Ministério, que indique algum outro lugar, Ministério do Meio Ambiente. E que essas informações venham Brasil inteiro, da mesma forma. Que elas possam ser trabalhadas e que com isso se consiga realmente fazer políticas públicas, que hoje a gente não

conseguem e disse ficar imaginando se quem trabalha na área pública, como é que eles conseguem. Informou que as construtoras já estão trabalhando na ferramenta e já fecharam a maioria das sugestões e que a Fundação Getúlio Vargas – GV que hoje representa o GHG Protocol está analisando e já relatou que o SINDUSCON está sendo criterioso demais, que podemos simplificar, mas queremos que ele analise, para que tenhamos essa questão. Informou também que quanto à validação da CETESB e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ela já havia validado o guia anteriormente, e agora irão apresentar para eles também a ferramenta, para que seja validado, pois entende que tem que estar todo mundo junto, tem que estar todo mundo integrado nos assuntos. Falou que espera que até o final do ano, possam ter o retorno do GHG. E o ano que vem buscarão, como todo mundo, patrocínio, de forma a disponibilizar isso online. Então, disse que a meta deles é que o ano que vem isso esteja disponível. E informou que o Governo do Estado já fez o Protocolo Climático em alguns setores e com algumas empresas e consultou o SINDUSCON, pois querem fazer um Protocolo no qual as empresas de construção civil têm que reduzir 30% de emissões, até o ano tal, X, Y, Z, contudo pediram tempo, pois precisam entender o assunto e realizar os inventários, e como eles já conheciam o nosso trabalho fizemos um Termo de Adesão, um compromisso setorial, então irão levar o assunto ao setor da construção civil e então capacitar, treinamentos, divulgação, envolver o setor. Relatou que eles estão apoiando também nesse trabalho da elaboração e validação da ferramenta, por isso possuem parceria com eles. Então, existe o aval deles que é um sonho de consumo, porque as empresas rogam para que o SINDUSCON não inventem nada, pois, já tem que entregar uma coisa para o Município, outra para o Governo do Estado, para a CETESB uma terceira e para o Ministério de Meio Ambiente outra tanta, um relatório de resultado social, mas pretendemos entregar uma única coisa, uma padronização, por isso esse cuidado em estar conversando com todos os stakeholders. Acrescentando que a vantagem é que o assunto é novo para todo mundo. A segunda vantagem é que até onde sabemos ninguém foi tão a fundo. E estamos facilitando o trabalho. Então as pessoas são mais simpáticas conosco, na hora que apresentamos o nosso guia. Fica mais simpático. Porque é mais fácil a gente partir de alguma coisa que já foi iniciado o trabalho e melhorar, do que sair do zero. Essa é uma questão. Disse que agora precisam trabalhar muito forte com os fornecedores, porque ainda existe uma resistência muito grande deles passarem os fatores de emissão. E é muito engraçado. Você consulta a matriz lá fora, eles passam os dados. Mais empresas, mais pessoas estão engajadas e estão precisando da informação, então irão fazer essa reunião com os fornecedores. Informou que no começo de 2013, eles não queriam nem ouvir falar com o SINDUSCON, mas hoje já estão mais acessíveis por conta dessa cobrança, facilitando assim a criação de indicadores e de forma que possam e números reais concretos e agregar trabalhos. Esclareceu que sabe que a Poli USP, IPT, o ICLEI, e vários outros envolvidos estão com trabalho de fator de emissão, Unicamp, Espírito Santo, e estão envolvendo vários agentes para conseguir criar esse banco de dados, o Fator de Emissão Nacional, na realidade nacional. Não possuindo a pretensão de ocupar o espaço, só querem mastigar um pouco para que na hora que consigam realmente, soltar a soltar a questão dos fatores de emissão, metodologia, e tudo o mais, esteja mais uniformizado, ou que todo mundo já tenha discutido o assunto, sendo mais fácil de reportar, porque a gente entende que realmente esses dados teriam que estar no site do governo, de forma que realmente sejam utilizados. Falou que pretendem também discutir uma metodologia de como isso estará sendo reportado, sabendo que outros agentes como o IPT, a UNICAMP e o Espírito Santo estão trabalhando também nisso, mas pretendem consolidar uma metodologia que seja unânime. Senão cada um vai continuar falando uma coisa, envolvendo também a FIESP, porque todos nós precisamos falar a mesma língua. Reforçou que o trabalho aí da consultoria continua a analisar os dados dos inventários. Criar indicadores. Publicação dos inventários, e aperfeiçoar a metodologia. Acreditando que isso é superimportante na questão de aperfeiçoamento de metodologia, principalmente naqueles itens que às vezes parecia tão relevante, que depois não é nada relevante. E claro, que acho que o objetivo principal disso tudo, é que só se consegue gerenciar as coisas se a conhecemos. Informou que as empresas já estão fazendo seus inventários e estão trabalhando na questão de redução e mitigação das emissões, mas o objetivo é que a obra tenha que fazer seu inventário de emissão, ela já recebeu pronto seu projeto e terá que quantificar quanto irá usar de material, mas com esse novo olhar, nessa hora eles comecem a discutir e determinando tal material, tendo em vista se ele emite mais, se gera mais resíduo, ou se aquela metodologia consome mais energia, que esta obra esteja emitindo fator 50 e que não próxima obra que seja similar, esteja emitindo 40, depois 30, depois 20, depois 10. Aí tem todo um desenvolvimento tecnológico para

atender essas questões ambientais. É isso que é um pouco do conceito aí, que a gente tem trabalhado. É um assunto que envolve todo mundo, precisamos aí do engajamento e do envolvimento. Principalmente da experiência de vocês, no sentido dos inventários que vocês já fizeram, dessa outra visão. Então, juntar os pedaços para que possam realmente conseguir trazer a realidade. A realidade do setor, a realidade do dia a dia, e conseguir trazer soluções. Acho que é superimportante a questão de soluções. Eu sou otimista. Disse que trabalha para que a engenharia avance um pouco. Que a construção avance um pouco. Disse não se tratar de mitigar no final querem puxar para a ponta, no começo do empreendimento, na elaboração dos projetos, na viabilização, tecnologia, na escolha de métodos construtivos, sistemas, método produtivo, tal, tal. Isso tudo seja incorporado aqui. Não adianta pensar no final. Pensar no final é fácil, querem que seja incorporado isso, porque isso traz valor. Traz valor, traz competitividade, traz tudo àquilo falado anteriormente, que é importante diminuir o risco, então na hora de pedir um financiamento para o empreendimento, se toda a questão da sustentabilidade estiver incorporada, se ganha velocidade, se ganha atratividade para o seu produto. Finalizou dizendo que há o lado ideológico de mudar, de alavancar essa mudança e trazer a questão sustentabilidade para o setor, mas também há o lado prático, de como conseguiremos transmitir para as empresas que o meio ambiente pode ajudar na competitividade de sua empresa. Graças a Deus, disse que as empresas estão mais receptivas e descobriram que a verdade é boa e dá certo. E estiveram aqui para pedir a ajuda e participação dos presentes.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia) agradeceu pela apresentação e abriu a palavra para os presentes para as perguntas, acrescentando que após teria perguntas a fazer, passando a palavra a Tania

Tânia Ferreira (representante da Secretaria de Estado de Energia e Mineração) que perguntou como o SINDUSCON tem trabalhando com a questão da eficiência energética nos edifícios e se houve alguma conversa deles com o pessoal da Secretaria de Estado de Energia e Mineração, pois possuem lá um programa de eficiência energética, para que também seja incluído nesse material que vocês estão disponibilizando. E que estão a revisão do Plano Paulista de Energia que prevê, como um dos temas principais, a eficiência energética, retrofit, e tudo que o envolve. E colocando a Secretaria à disposição para que o SINDUSCON também contribua, embora a FIESP esteja lá, acrescentando que existem outros órgãos representados, mas seria interessante que o SINDUSCON fizesse uma conversa com eles para contribuir na elaboração desse plano.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) informou que tem batalhado muito e que foi várias vezes a Secretaria de Energia, participando de eventos para a promoção do PROCEL e gostaria que houvesse uma lei estadual de São Paulo, Municipal ou Federal em que todos os edifícios tenham que atender o nível A e B do PROCEL. Dizendo que a bandeira deles é essa, embora encontre alguma resistência. Às vezes, o setor privado vai lá, batalhando por isso, e não consegue. Então acha bacana esse fórum da gente trabalhar junto, agradecendo pelo oferecimento, informando que irá marcar imediatamente, pois às vezes sente dificuldade nessa interlocução, pois a construção civil faz parte da estrutura econômica do país, pois é considerada como indústria e como estão abaixo do setor industrial, o interlocutor geralmente é a Federação da Indústria do Estado de São Paulo – FIESP, inclusive porque possui o setor de construção, mas voltado aos produtos, aos fornecedores. Informou havia falado com a Laura Ceneviva da importância desse Comitê.

Oradora não identificada também questionando quanto à eficiência energética informou que existe o Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade do Habitat – PBQPH e que este tem padrões, mas não sabe se possui padrões referentes ao consumo energético.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) relatou que o PBQPH começou exatamente como nós. Disse que deve-se estipular padrões para geração de resíduos, consumo de energia e consumo de água durante as obras, durante as obras. Disse que eles estão trabalhando os indicadores, mas não existe exigência para de se ter eficiência energética no prédio pronto. Disse que já levaram a questão ao Prefeito, que é lei. **Falou que quanto aos prédios públicos, exemplificou sugerindo que se exigisse que a partir de 2015, todos os orçamentos ou planejamento tem que incluir tal como é feito no Programa Minha Casa,**

Minha Vida, mas, um residencial, um flex, com um padrão médio, custa 0,5% do valor, no máximo. E os empreendedores informam que se conseguirmos 0,5%, por exemplo, bacana. Então se eu fizer eficiência energética, eficiência de água, não sei o que, a hora que eu for aprovar meu projeto, eu só quero uma mesa diferente. Eu não quero benefício nenhum. Que eu tenha técnicos que analisem esses projetos dessa forma. Se a gente ganhar um mês na análise desse projeto, de um alvará, eu já ganho os 0,5%. Então, é isso que a gente precisa...

Laura Ceneviva (Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia) falou achar superimportante essa sua observação, porque essa preferência já está na lei da mudança do clima, contudo os instrumentos de aplicação dela, de torná-la operacional é que ainda não estão muito dados. Disse ter criado até o grupo técnico aqui no comitê para discutir no processo de elaboração da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, no entanto, foi traduzido na cota ambiental, todavia acredita que é mais que isso e acredita que precisa ser reproposto

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) disse que brigaram para que dentro da cota ambiental também entrasse a questão da eficiência energética. Informou que quanto ao IPTU Verde que também está sendo trabalhado por Finanças, disse que foram questionados por eles quanto ao que poderiam exigir do PROCEL, porque o PROCEL exige-se na fase de projeto, construção e na ocupação e tem-se como monitorar e acompanhar.

Rodrigo Ravena (Presidente do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo) parabenizou a Laura Ceneviva por ter convidado a Lilian Sarrouf e a Lilian e a Vanessa pelo trabalho e pela apresentação. Disse que realmente é um processo muito rico e muito bem conduzido, acrescentando que concorda que a ambição é correta e acredita que deve ser levado isso para o Plano Nacional, que seria um caminho viável, um caminho possível, e um caminho que o ICLEI já se oferece para uma caminhada conjunta com vocês. Informou que possuímos em nossa página, duas experiências que poderia inspirar uma incidência maior nos processos de regulação urbana. As cidades de Recife e de Belo Horizonte avançaram, não diria certificação, mas numa espécie de selo de edificações sustentáveis, em três categorias. Cada uma das cidades tem a sua metodologia e o seu procedimento. Mas começaram a estampar as prefeituras, selos, atestando a característica de sustentabilidade daquelas edificações. Em critérios que estão elencados aí na sua apresentação. Geralmente o uso da água, a gestão dos resíduos e a questão energética no centro da concessão desses selos. Então disse achar que é um movimento que podemos padronizar de certa forma. Tentar encontrar critérios que mais cidades possam elencar ou cumprir com certa facilidade, e usar esse instrumento como um instrumento de sensibilização de mão-dupla. Para a sociedade civil, por um lado. Porque é necessário que a sociedade civil também compreenda o que é essa nova agenda, o que é essa inflexão em relação ao compromisso do poder público, setor privado, com os processos de desenvolvimento sustentável e enfrentamento às mudanças climáticas. Mas, também a educação para o poder público, que ainda enfrenta muita resistência em várias instâncias, no sentido de adotar instrumentos mais inovadores, ou mais ousados, ou mais adequados à realidade contemporânea. Essas duas cidades não têm esses instrumentos de maneira vinculativa, coercitiva, ou mesmo incentivada. É um selo que, na verdade, premia um esforço de um empreendedor, ou do próprio poder público, ao edificar, ao construir, ou ao modificar edificações existentes. Então são experiências que acho que a gente pode, de repente, olhar juntos, no sentido de tentar avançar nesse processo de incidência na regulação. Seja ela municipal, seja ela estadual, seja ela no plano federal.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) disse que essa questão das prefeituras adotarem os sistemas de avaliação ambiental já está se expandindo pelo Brasil e o mercado, em si, já está adotando. Então vê-se um crescente número de empreendimentos edificados, sendo o pessoal do GVC, do **Green View Construction** um dos que tem um recorde de número de prédios certificados. A Vanzolini com a metodologia do **Aquo**, isso tem sido muito difundido e utilizado pelas empresas. Então lá no SINDUSCON disse que dividem em duas coisas. Uma é mercado. Mercado, você vai certificar, é ótimo porque uma certificação te dá uma garantia, um respaldo, te dá um atestado até quanto a questão da transparência corporativa, mas temos uma preocupação muito grande em trabalhar na massa, no coletivo, exigindo, ou esperando do poder público, que ele também tenha essa visão. Tem que se

ter as duas coisas e acredita que deve se ter a premiação para aqueles prédios, aqueles empreendimentos, aquele que voluntariamente, as pessoas quiseram fazer. E pode ser a minha casa. Eu, Lilian, sou consciente. Exemplificou dizendo se quisesse fazer uma casa sustentável, essa premiação poderia ser em uma redução no IPTU, acrescentando que tem discutido muito com o pessoal de Finanças, não só necessariamente em um benefício financeiro, mas teria que haver ter o retorno. Relatou ter discutido com a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos falando que o maior passivo ambiental é o que já está construído, o ambiente construído. Acrescentando que se trocassem as bacias sanitárias, só dos empreendimentos X, Y, Z, de habitação popular do Governo do Estado, investir-se-ia muito menos do que ele investiu em buscar água de lá longe e trazer para São Paulo. Dizendo que sente essa dificuldade e que o ICLEI tem como trabalhar muito nessa questão de políticas públicas, de que forma conseguimos trazer para a massa os benefícios? Os condomínios, hoje, eles não conseguem financiar caso queriam fazer o retrofit no prédio para possam melhorar a energia, água, resíduos. E a figura jurídica de um condomínio, de um edifício, não permite conseguir financiamento no banco. Disse que sentiu falta que o Hamilton de França Leite Jr, representante do SECOVI não estivesse na reunião, pois ele é um que mais batalha por isso. Disse acreditar que é preciso criar alguns instrumentos que permitam que um condomínio consiga isso quando pensar em trocar todas as bacias sanitárias dá-se um desconto no IPTU por três anos. É para pagar conta. Não precisa mais do que isso. Então acredita que temos que pensar um pouquinho, e essa reflexão que fazemos muito no SINDUSCON de como conseguir implantar isso para a massa. Disse que defendem o PROCEL, pois é um sistema estruturado, onde há financiamento e sabe que haverá políticas públicas e formas de serem cobradas e serem induzidas em toda a sociedade.

Carolina F. Mendes (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável – CBCS) disse que só complementando o que a Lilian havia falado com relação a selo, ao PROCEL Edifica, e à questão do passivo que a gente tem aí, em edifícios. Se a gente compararmos a densidade de lançamentos com o que a gente já tem aí de passivo construído dentro da cidade, teremos um campo de atuação aí para redução de consumo de energia e redução do consumo de água muito grande. E toda essa questão de acesso a financiamento, a linha de financiamento para isso é bem complicada, e acaba inviabilizando o programa em si. Também nisso, é importante uma ação continuada para que sejam mantidos os resultados que se conseguiu, por exemplo, após substituição de bacia, e uma redução de índice de consumo. Disse que foi discutido em uma reunião do CTA, água do CBCS, que como as políticas de incentivo financeiro que nós tivemos em função da escassez de água do ano passado, se baixou de uma demanda da linha de 70 metros cúbicos por segundo com os descontos e os incentivos que a concessionária estava proporcionando, se chegou a uma média de 48, 50 metros cúbicos por segundo. No entanto, com a suspensão, estamos voltando para os patamares de 60, da linha de 60 a 65 metros cúbicos por segundo. Então temos um movimento que vinha alto e cai por causa do incentivo, acreditando que facilmente volta aos patamares anteriores, porque a consciência ambiental, do a consciência do uso racional tem que ser algo continuado. E uma maneira muito importante, eu vejo, por exemplo, nessa linha de **Rebate**, que chamamos de bacias sanitárias, por exemplo, em edifícios construídos antes de 2000 e foi o marco de mudança aí de volume de descarga em fabricantes, seria um movimento muito interessante trabalharmos, daí mais em demanda, do que em oferta de água. Que é aquilo que você falou. Mais caro fazer novas bacias, trazer água de mais longe para São Paulo, ou reduzimos o quanto consumimos. Já existem políticas de rebate consagradas mundialmente, aí. A cidade de Nova Iorque é um grande caso. Disse que deveria se pensar em ter um posicionamento, uma linha de financiamento consolidada.

Tânia Ferreira (representante da Secretaria de Estado de Energia e Mineração) disse que novamente, sobre políticas públicas, nessa questão de financiamento, acredita que o SINDUSCON poderia ajudar na questão de criação de política nesse sentido. Porque realmente é uma demanda que não compete ao Estado fazer financiamento, mas poderia sim, fomentar algumas formas. Outra ideia que eu teve, dentro de algumas colocações que foram feitas, foi que o SINDUSCON poderia fazer uma inovação no sentido de começar a pensar em produzir conjuntos habitacionais. Para um prédio, uma única torre, ficaria mais difícil. Mas de um prédio autossustentável. Uma comunidade autossustentável. Poderia se partir da questão do esgoto doméstico, ela começaria a gerar energia a partir do gás metano dentro dessa comunidade. O reuso de água, a captação, ela poderia fazer. A questão da eficiência energética. Relatou que desde 2012, a ANEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou um decreto, uma resolução, que permite cada um gerar a sua própria energia e

vender. Colocar na rede essa energia sobressalente. Então acredita que teria mais condições de trabalhar nesse sentido do que o Governo. Nós colocamos as políticas em uso, mas não temos enquanto Governo, seja municipal nem estadual, essa possibilidade. Disse que talvez seja o caso de vocês começarem a pensar nisso, pois mesmo com uma certificação, se começa a criar mercado, se gera um mercado financiador, e a própria população começaria a ver. Acredita que poucos sabem que se pode gerar sua própria energia em casa, a partir de uma célula fotovoltaica, e colocar na rede da Eletropaulo, aqui em São Paulo, essa energia sobressalente. Então é coisa poderíamos pensar e aí também para ajudar nessa via de mão dupla de políticas públicas.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) disse que o que falta é termos uma integração, termos uma mesa redonda, poder conversar com a Secretaria de Energia, Recursos Hídricos, Secretaria do Verde, estadual, municipal, para buscar essas soluções. Disse que hoje, exemplificando, o nosso coordenador sempre nos comitês são empresários voluntários, o nosso coordenador de meio ambiente é o Fábio Vilas Boas da Tecnisa, e ele fez um empreendimento no Jardim das Perdizes tentando fazer toda essa coisa sustentável. Disse que ele é uma pessoa que sofre, porque assim, se projeta no empreendimento, o sistema de drenagem e a captação é um bairro. Isso está acontecendo em um bairro. Um sistema de captação de drenagem, utilizando padrão mundial, tal, e captar toda água para reutilização, contudo não foi aprovado pela concessionária e pela Secretaria, porque começa se àquela discussão: mas isso é novo, isso vai dar manutenção. Isso vai trazer um custo. E acredita que existem algumas coisas que precisam ser quebradas, pois eles estavam querendo criar um sistema em que, do prédio comercial, junto com a Comgás, o que eles vão gastar, a energia que se gasta do condicionamento de ar, gera calor. Essa água quente estará abastecendo o prédio residencial que é do lado. Então, prédios diferentes, um fornecendo água quente para o outro. Solução compartilhada, geração de energia a dois. São ideias muito bacanas que estão saindo na prancheta. Só não temos com quem conversar, fica uma proposta, sempre acreditou nesse fórum por causa disso, de se criar, talvez, um grupo de trabalho que possa realmente trabalhar, poderíamos fazer autogeração de energia e distribuir para a rede, mas teremos que discutir depois, com a concessionária, pois a Eletropaulo não está dando nem conta de ligar os prédios e a, às vezes, a realidade fica muito distante, por problemas por falta de entendimento. Então, disse que a função deles é mastigar o assunto, descobrir, porque às vezes querem realizar, não tem impedimento nenhum para fazer, mas acontece alguma coisa no meio do caminho, com um projetista que diz que não dá, ou uma norma técnica que está não sei o quê, ou há uma lei de mil novecentos e bolinha que não permite. Acredita que a função deles, é justamente essa, tirar as barreiras para podermos ir para frente.

Mônica Masumi Hosaka (da COVISA/ GUIAM da Secretaria Municipal de Saúde) disse trabalha com a Lígia, que é a gerente de Vigilância em Saúde Ambiental, parabenizou pelo trabalho. Disse que muitas pessoas desconhecem a metodologia de avaliação de impacto à saúde, que acredita ser superimportante no empreendimento, principalmente na Construção Civil, porque muitas vezes a Construção Civil se esquece das pessoas, da saúde das pessoas, principalmente em áreas contaminadas, pois possuem experiências de construções de edificações em áreas contaminadas, que onde depois surgiram problemas de saúde das pessoas. Então assim, a Prefeitura de São Paulo, em nossa área de vigilância em saúde ambiental tiveram uma experiência com apoio do Ministério da Saúde em um projeto piloto na Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, onde fizeram uma avaliação, resultando em um relatório. Acredita que poderia se pensar também não só no meio ambiente, mas nessa integração com as pessoas e a Saúde.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) disse que existem todos os tipos de empresas, as boas pensam nisso, em primeiro nas áreas contaminadas, não só por uma questão de restrição, pois existe uma conscientização melhor, vê-se empresários querem trabalhar naquela área contaminada, onde seria um empreendimento maravilhoso, só que ele não consegue, então ele está desistindo, com isso vemos dinheiro bom de investimento da construção civil saindo de áreas degradadas que poderiam mudar todo perfil, por simplesmente questões de legislação. Aproveitou informar e convidar todos a participar de uma comissão de estudos para tratar da questão do reuso, do uso de fontes alternativas, reuso de água, pois irão precisar de todos nessa comissão.

Carolina F. Mendes (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável – CBCS) disse que com relação a essa questão de reuso, todo mundo faz, mas é preciso de uma norma, e disse que é preciso que a Saúde contribua no que diz respeito de como fazer da maneira certa, porque é uma questão de saúde pública, pois há o ônus de quem usa a água de reuso e de se assumir para si o risco de fornecer essa água. Ressaltou que seria muito importante essa contribuição, principalmente nas atividades do CBCS, de forma a balizar essa questão do reuso, porque acredita que nem todo mundo que utilizando o reuso, infelizmente não está fazendo da melhor maneira.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia) disse que isso é muito, muito importante. Todos terão que mudar as suas práticas, e aquilo que antes era proibido, de repente poderá ser desejável. Disse que é arquiteta e urbanista e sempre me dedicou ao Urbanismo e acredita que a primeira coisa que, talvez, o SINDUSCON possa fazer é endereçar, ou à ASBEA, que é a Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura, ou ao Ministério da Educação, uma solicitação de que a graduação de Arquitetos deixe de visar obra nova e passe a visar a reforma das edificações, então os novos arquitetos deverão ser formados partindo da reforma, porque o patrimônio está edificado e ninguém irá derrubar, como foi derrubada a São Paulo barroca, para construir a São Paulo do concreto armado. E acredita que essa é uma questão muito importante porque tem-se que começar a mudar a concepção da edificação, o que se vê como edificação. Mas não é só isso, mas a forma dela implica determinado consumo de água, determinado consumo de energia, e é vergonhoso vermos, por exemplo, como no Hospital Dante Pazzanese, quando um doente vai tomar banho. A enfermeira ou auxiliar de enfermagem abre a torneira de água quente, essa jorra água 10 minutos antes da água quente chegar, mesmo sendo um prédio novo. Disse que como a Maria Helena Braga Brasil pode confirmar, nossa formação foi toda voltada para a edificação nova e tem que se pensar em uma nova arquitetura e, se o SINDUSCON pedisse isso para o Ministério da Educação, a conversa mudaria. Disse que essa era uma primeira questão. A seguir, questionou, dizendo que é do poder público e faz um edital de licitação, o que poderia ser mexido daquilo que foi debatido? Se os presente teriam recomendações a serem feitas? E quanto ao selo de qualidade apontado pelo Presidente Rodrigo Ravena, disse que ao mesmo tempo em que acha bom, porque eles acabam instruindo a população e se apropria daquilo que significa esse selo, no entanto, desconfia de qualquer selo, porque para ele significar a mesma coisa teria que ter continuidade, confiabilidade, e, um selo, conferido, por exemplo, pelo poder público, sujeito às flutuações das variações políticas, das coligações e tudo o mais, acha muito difícil se garantir essa confiabilidade. Exemplificou, começando, a proposta de se começar pelo PROCEL, porque já está implantado do mesmo jeito que eu fiz a pergunta sobre o PBQPH, que também já está implantado, acredita ser muito legal, porque é uma estratégia, mas tem uma dificuldade quanto ao selo, da mesma forma que havia dito que é melhor não preferir a Suíça, porque se quisermos a Suíça seria ótimo, mas pegariamos 3 ou 4, no mundo das coisas em São Paulo que é muito grande. Disse então que tem que se ter outra visão, dando, por exemplo, o que aconteceu com a questão da bicicleta, havia uma apropriação estritamente mercadológica, ou de marketing, deixando de se ter a significação ambiental. E acha que isso é muito complexo. Ser uma visão só de marketing, que é, na prática, o que acaba acontecendo. No caso da bicicleta, por exemplo, foi o que aconteceu. Só quando, no caso, o prefeito atual, Fernando Haddad, ele percebeu a importância da bicicleta e promoveu a transformação da cidade para inserção do sistema cicloviário. Mas, de outro modo, apesar do valor político atribuído na gestão Serra/Kassab, a apropriação objetiva não ocorreu na escala da cidade. Então possui muita dificuldade com isso, que fica só no marketing, só no blá, blá, blá, e não entra na vida real. Questionou se havia uma recomendação para o poder público, na questão do ensino da Arquitetura, dos editais e do selo. Observou que a Secretaria de Negócios Jurídicos não integra o nosso comitê, bem como a Secretaria de Gestão e a Secretaria de Negócios Jurídicos e estas deveriam integrar o Comitê de Mudança do Clima

Horácio Almeida Pires (Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de São Caetano do Sul) agradeceu pela apresenta pela apresentação de pelo convite questionou quanto a geração de energia quanto a parte elétrica, informando que o Rio de Janeiro permite o biodigestor, mas São Paulo não, sendo um monopólio da SABESP, contudo o biodigestor, cuja sua avançada tecnologia poderia gerar energia e disse que propôs isso. Relatou que quando esteve em M'Boi Mirim, a questão de solo era negativa nas comunidades, explicando que quando o pessoal logo após invadir e construir, jogam o esgoto no córrego que vem para o Guarapiranga, o contaminando. Disse que

fizeram o projeto e encaminharam, contudo o córrego continua contaminado, pois houve a negativa da SABESP, pois não fazem o que é o monopólio deles de tratar o esgoto

Deodoro Antonio Oliveira Vaz (técnico da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente)

parabenizou a Lilian pela apresentação e disse que foi interessante a posição de não gerar o TCA na questão de se contaminar e depois transformar a compensação em plantio de árvores. Disse compor também o planejamento juntamente com a Laura, Ana e a Tatiana e o planejamento é um lugar como já foi falado, onde quando se vendia construções, vendiam-se sonhos e o planejamento vive no sonho de se ter algo melhor, sempre pensando à frente. Questionou se nas construções novas se implantasse o tratamento de esgoto direto na construção, diminuir-se-ia a necessidade de tratamento de esgoto pela SABESP? Esclarecendo que o município não detém essa parte do saneamento e que a cada construção, está-se gerando mais esgoto, mas fala-se na pare aparente, no consumo de energia e de água, mas o esgoto que é um problema sério, e os rios da cidade estão em um estado deplorável, apesar de que com o trabalho da CETESB houve a diminuição do lançamento dos efluentes industriais, mas continua pesado o lançamento de esgoto doméstico. Informou que é engenheiro civil e acha e disse que pesa sua formação, estudou que entrava-se no terreno e limpava-se o terreno para a construção e quando veio para a área de meio ambiente, tem que se perceber que é preciso ver a árvore, adequar o seu projeto às condições ambientais do terreno, e tal, procurar usar a topografia, mas acredita que nessa linha do saneamento seria importante a implantação de um sistema de tratamento de esgoto para cada construção, tendo em vista esse aumento das construções em São Paulo que foi favorecido pelo atual Plano Diretor. Continuando na questão das construções, disse que a tecnologia tem avançado muito, mas observou que é preciso ajudar na poluição do ar e referente àquelas fachadas que recebem a energia solar, e estas poderiam contribuir pelo menos para a diminuição do consumo da edificação, principalmente nas altas edificações. Disse ainda que na questão do aproveitamento da que poderia ser usado para os sanitários, bem como para outros fins como os jardins e afins e questionou a Lilian se nas conversas com as empresas, estão presentes essas novidades, além daquelas exigidas por lei, como a questão do aquecimento da água, da captação de energia solar, das novidades tecnológicas?

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo)

relatou que quanto às questões tecnológicas, as coisas têm evoluído, mas não na velocidade que queriam, sabe que o mercado está mudando, tendo em vistas essas tecnologias e uma coisa puxa a outra e o custo da sustentabilidade tem reduzido, do ponto de vista de se fazer para o empreendimento ser mais sustentável, mas ainda é caro, nos empreendimentos de alto padrão o cliente sabe o que quer, e ele quer o conforto e a sustentabilidade e esse avanço tecnológico é incorporado ao preço, mas quando se fala nas construções de médio padrão e os de interesse social há muita briga para que isso seja incorporado. Informou terem feito um estudo para a COHAB São Paulo, tendo em vista que São Paulo possui regras mais definidas, nesse estudo o custo se elevaria em 5% para se conseguir o selo nível bronze do Selo Azul da Caixa Econômica, o que seria insignificante, trocando-se por exemplo a obrigação de aquecimento solar individual para outras soluções ambientais, como uma janela maior, uma tinta melhor e os fabricantes começaram a apostar nesse mercado, mas com a crise a curva foi para baixo. Relatou que existem alguns paradigmas que precisam ser quebrados, dizem que os fabricantes têm soluções para tudo, pode-se melhorar a tecnologia, mas, por exemplo, no caso do tratamento de esgoto em todos os prédios principalmente nos menores ou de médio ou baixo padrão seria um caos, porque o consumo energético iria subir a própria implantação do tratamento do esgoto seria cara, seria ineficiente e inviabilizaria o condomínio que iria desligar o sistema ou fará de um jeito errado que poderia criar contaminações ou vetores, mas nos grandes empreendimentos tem que ser fazer esse tratamento de esgoto. Disse que o trabalho que irão fazer na norma técnica é muito nessa questão, da viabilização das soluções, sendo o primeiro passo o estudo de viabilidade de seu empreendimento, se ter a gestão da demanda, da medição, dos aparelhos economizadores, o reuso das águas de chuva ou de fontes alternativas. Então, na questão ambiental tem que se pensar em soluções consorciadas para bairros. Quanto à questão de como o poder público poderia atuar, disse que ela deveria cobrar, informando que a partir do momento em que a SABESP virou uma agência ambiental, ela deve ajudar e permitir que essas soluções sejam viáveis e que mesmo a COMGÁS que só vendia gás, hoje os chamou para conversar sobre a energia fotovoltaica e tudo mais, pois ela está inviabilizando o negócio deles. Disse que o que acha bacana na sustentabilidade é a

competitividade como havia falado e como cenário está mudando. Quanto a questão da educação informou houve uma discussão em 2010, não sabendo se foi pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, que possui um documento que propõe a inclusão da questão de sustentabilidade na grade curricular das universidades e que irá conversar com o pessoal da CBIC para falar da importância de se tratar do ambiente construído.

LISTA DE PRESENÇA DA 50ª REUNIÃO CMMCE EM 17/11/2016

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- Tânia Ferreira / **Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo**
- Rafael Carvalho de Moraes / **Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF**
- Maria Helena Braga Brasil / **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB**
- Lygia Cecília Cunha / **Secretaria Municipal da Saúde – SMS**

OUTROS INTERESSADOS PRESENTES

- Mônica Masumi Hosaka / **COVISA/ GUISAM**
- Carolina F. Mendes / **Conselho Brasileiro de Construção Sustentável – CBCS**
- Iris coluna / **ICLEI**
- Rodrigo Perpétuo- / **ICLEI**
- Horácio Almeida Pires / **PREF. MUNIC. DE SÃO CAETANO DO SUL**

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena

Presidente do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo